

SUMÁRIO

Apresentação	29
I – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DE UM POSSÍVEL NOVO CÓDIGO DE PROCESSO – INTRODUÇÃO GERAL (Rose- miro Pereira Leal)	31
II - INTRODUÇÃO AO DISCURSO NORMATIVO DO CÓ- DIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (Ana Flávia Sales / Ana Paula Pereira da Silva / Aline de Souza Lima Dias Paes Nahass / Andréa Alves de Almeida / Joseli Lima Magalhães / Roberto Apoli- nário de Castro Júnior / Vinícius Diniz Monteiro de Barros)	35
1. Por trás do Discurso Normativo do Código de Processo Civil de 1973: Teoria ou Ideologia?	35
2. “Progresso Científico” ou Tecnologia da Jurisdição?	48
3. Discurso Normativo do CPC de 1973 como “Forma Pura de Dominação Legítima”	64
4. Enunciados de Ciência Jurídica Referenciada no Código de Processo Civil	67
5. Confronto Principiológico entre os Códigos de Processo Civil de 1939 e 1979	77
5.1. Compreensão de princípio a partir da teoria Processual de democracia	77
5.2 O princípio da oralidade e da identidade física do juiz nos Códigos de 1939 e 1973 e o devido processo legal	87

6. Verdade científica e fidelidade de princípios nos Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973	101
7. Referências Bibliográficas	105

COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO I DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

115

III - REFORMAS PARCIAIS DA LEI COMO MOSAICO DE DEFORMIDADES NORMATIVAS (Ana Paula Pereira da Silva / Carolina Fagundes Cândido / Carlos Henrique de Moraes Bomfim Júnior / Roberto Apolinário Castro Júnior / Vinícius Diniz Monteiro de Barros)

119

1. Correlação entre Processo Civil e Estrutura do Poder Judiciário no CPC de 1973	119
1.1. Contextualização da Estrutura do Órgão Jurisdicional no CPC de 1973	129
2. O Conceito de Povos Cultos e de sua Experiência Processual em 1973	142
2.1 Povos, Cultura e Dominação Intelectual	143
2.2 Uma Hipótese: Os Europeus como os Povos Cultos de Alfredo Buzaid	161
2.3 O Povo é o Destinatário de Padrões Civilizatórios da Cultura Constitucional? Uma Tentativa de Resposta ao Questionamento de Müller	170
3. Código Processual e Administração de Justiça na Ideologia do CPC	172
4. Inovação e Conservação Normativas na Técnica de Preservação de um Sistema Jurídico Constitucionalizado em Face do CPC	182
4.1 A “ciência” de Buzaid	182
4.2. Inovação e Conservação Normativas e a Redação do CPC ...	187
4.3. Técnica Legislativa e o Sistema Jurídico Constitucionalizado ..	199
5. Considerações Finais sobre as Reformas Buscadas por Alfredo Buzaid	208
6. Referências Bibliográficas	209

COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO II DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 219

IV - PROCESSO DE CONHECIMENTO E MODERNIDADE CIENTÍFICA NO CPC (Ana Flávia Sales / Daniel Secches Silva Leite / Gustavo de Castro Faria / Pablo de Almeida Padrão) 221

1. O Sentido de Modernidade Jurídica em 1939 221
 - 1.1. Os Paradigmas do Estado Liberal e do Estado Social e a modernidade jurídica do CPC de 1973 222
 - 1.1.1. Estado liberal de direito 225
 - 1.1.2. Estado social de direito 231
 - 1.1.3. A concepção de modernidade em 1939 235
2. A Modernidade Jurídica do Código de Processo Civil de 1973 ... 272
 - 2.1 Povos Civilizados e Direito Brasileiro 272
 - 2.1.1 Civilização, direito e dominação 272
 - 2.1.2 O direito brasileiro e a civilização pré-democrática 291
3. Técnica como Valor Universal..... 294
4. Referências Bibliográficas 314

COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO III DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 323

V - PROCESSO CIVIL E ADMINISTRAÇÃO DE JUSTIÇA NO CPC (Christiano Rodrigo Gomes de Freitas / Débora Carvalho Fioratto / Natália Chernicharo Guimarães) 329

1. Finalidade do Processo e Interesse Público Privado 329
 - 1.1. A Concepção Adotada na Exposição de Motivos do CPC de 1973 330
 - 1.2. A Promulgação da Constituição de 1988 e a Consequente Necessidade de Revisitação dos Conteúdos Jurídicos 339
2. Racionalidade e Processo Civil 352
 - 2.1. Introdução 352
 - 2.2. As Bases da Racionalidade 353
 - 2.3. Racionalidade na Filosofia 359

2.4. Racionalidade e CPC	366
2.5. Racionalidade na Pós-Modernidade	274
3. Rapidez e Justiça	383
4. Efetividade e Justiça Rápida	401
5. Referências Bibliográficas	415

VI - TÉCNICA LEGISLATIVA E TERMINOLOGIA NO CPC

(Cristiano de Oliveira Ferreira / Priscila Aparecida Borges Camões /
Wellington Pereira)

423

1. Razão do Juiz e Lide Processual	423
1.1. Anotações Propedêuticas Acerca dos Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973	424
1.2. A Razão do Juiz e a Alienação das Partes: A Terminologia Opressora do CPC	427
1.3. A Razão no Processo: a Construção Participativa na Solução da Lide	431
1.4. Considerações Conclusivas	436
2. Cautelaridade e Tutela Processual	437
3. Correlações entre Instância e Processo Instrumental	545
4. Conceitos Legais de Conexão, Continência, Litispendência, Prevenção e Coisa Julgada e a Almejada Coerência Doutrinária e Judicial em Face do CPC	459
4.1. Intróito Balizador e Crítico das Terminologias Utilizadas no Projeto do Código de Processo Civil de 1973	459
4.2. Lineamentos Teóricos sobre Identificação das Ações	461
4.3. Conexão	468
4.4. Continência	470
4.5. Litispendência	471
4.6. Prevenção	473
4.7. Coisa Julgada	475
5. Referências Bibliográficas	480

COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO IV DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

487

VII - DO PLANO DA REFORMA NO CPC DE 1973 E O DIREITO ATUAL (Aline de Souza Lima Dias Paes Nahass / André

Pinho / Aline de Souza Lima Dias Paes Nahass / Roberto Apolinário Castro Júnior / Aline de Souza Lima Dias Paes Nahass)	499
1. O Conceito de Função jurisdicional	499
1.1. Introdução	499
1.2. As Distintas Concepções de Jurisdição	500
2. Concepção de Processo Moderno	514
2.1. A Opção do Código por um “Processo Moderno”	514
2.2. Modernidade e Pós-Modernidade	515
2.3. A Noção de Processo “Moderno”	517
2.4. O Processo na Pós-Modernidade	527
3. A Dicotomia: Jurisdição Voluntária e Jurisdição Contenciosa	531
3.1. Introdução	531
3.2. Jurisdição Contenciosa	533
3.3. Jurisdição Voluntária	536
4. Coisa Julgada e Jurisdição Voluntária	543
4.1. A Coisa Julgada na Contemporaneidade	543
4.2. A Jurisdição Voluntária	549
4.3. A Coisa Julgada e a Jurisdição Voluntária na Exposição de Motivos do CPC	553
5. A Jurisdição Voluntária sem Vínculo Normativo Processual	558
6. Referências Bibliográficas	566

VIII – DO PROCESSO ORAL NO CPC DE 1973 E O DIREITO ATUAL (Joseli Lima Magalhães / Leonardo Campos Victor Dutra / Christiano Rodrigo Gomes de Freitas)

1. Considerações Iniciais	571
2. O Princípio da Oralidade no CPC de 1939	575
3. O Princípio da Oralidade no CPC de 1973	582
4. O Princípio da Concentração e as Provas	588
4.1. O Princípio da Concentração e as Provas no CPC de 1973 ..	588
4.2. O Princípio da Concentração e as Provas no Estado Demo- crático de Direito: Uma Nova Proposição	594
5. Decisão Interlocutória e Irrecorribilidade	599
6. Atuação do Direito e a Realização de Justiça	604

7. A Interditalidade das Sanções à Litigância de Má-Fé	613
7.1. Democracia e Processo - Enfoque Democrático da Interditalidade das Sanções e a Litigância de Má-Fé	614
7.2. Do Descabimento da Interditalidade no Estado Democrático de Direito	618
8. Considerações Conclusivas	622
9. Referências Bibliográficas	625

IX – PODER JUDICIÁRIO E ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA E O DIREITO ATUAL (Ana Paula

Pereira Silva / Carlos Henrique de Moraes Bomfim Junior / Carolina Fagundes Cândido / Vinícius Diniz Monteiro de Barros) 631

1. Poderes de Reprimir Qualquer Ato Atentatório	632
1.1. Considerações Terminológicas sobre Poder, Poder Judiciário, Ato Atentatório e Dignidade da Justiça	632
1.2. Poder de Reprimir no CPC e na CRFB	650
2. Preeminência do Exequente e Sujeição do Executado	659
2.1. Execução, Satisfação do Credor e a Exposição de Motivos do CPC de 1973	659
2.2. Debate, Democracia e Execução em 1973	667
2.3. Simétrica Paridade e o Modelo de Liebman	670
2.4. Direitos Líquidos e Certos na Contemporaneidade e os Poderes do Juiz: Reformas do CPC e Sua (In)Constitucionalidade ..	680
3. Sentença Incidente ante a Constatação do Fundamento do Pedido ..	687
3.1. A “Inovação” Processual na Legislação Brasileira: A Ação Declaratória Incidental	688
3.2. O Fundamento da Sentença Incidental na Declaração de Existência de Relação Jurídica Controvertida	695
3.3. É Possível uma Ação Declaratória Incidental de Inconstitucionalidade?	708
3.4. Inconfundibilidade da Prejudicial com uma Condição de Procedibilidade	715
4. Estado do Processo e Estado da Lide	716
4.1. O Processo entre a Repressão e a Prevenção de Lides	716
4.2. Lidando com Cernelutti	721

4.3. A Litigiosidade Legitimante do Processo de Resultados (De 1973 a 2009)	723
4.4. Os Princípios Constitucionais como Coadjuvantes do Processo Litigioso	730
4.5. Estado do Processo e a Antecipação do Julgamento Interdital-Terminativo	734
5. Considerações Finais	739
6. Referências Bibliográficas	740

X – MEIOS DE PROVA NO CPC E NO DIREITO ATUAL

(Ana Flávia Sales / Cíntia Batista Pereira / Daniel Secches Silva Leite / Fabrício Veiga Costa / Renata Cristina Vilela Nunes)	751
--	-----

1. Considerações Iniciais	752
2. O Instituto Jurídico da Prova na Contemporaneidade	753
2.1. Necessidade de Ressemantizar o Instituto Jurídico da Prova ...	753
2.2. Os Sistemas Probatórios	756
2.3. A Prova como Instituto Jurídico	765
2.3.1. Distinção entre Meio, Elemento e Instrumento de Prova ...	767
2.4. Meios Legais de Prova	770
3. Meios Moralmente Legítimos de Prova	773
3.1. Introdução	773
3.2 Meios Moralmente Legítimos de Provas: um Estudo Crítico-Constitucional-Democrático pelo Devido Processo Legal	774
3.3. A Releitura dos Meios Moralmente Legítimos de Provas a partir do Processo Constitucional	781
4. Meios de Prova Não Especificados	784
4.1. Introdução – A Exposição de Motivos e o Artigo 332 do Código de Processo Civil Brasileiro	784
4.2. Os Meios de Prova	787
4.3. Os Sistemas de Fixação dos Meios de Prova: Meios de Prova Especificados e Meios de Prova não Especificados	792
4.3.1. Os Meios de Prova Especificados	795
4.3.2. Os Meios de Prova não Especificados	795
5. Prova da Verdade	804

5.1. Conceito da Locução Nominal “Prova da Verdade” e Notícia Histórica de Sua Origem no Código de Processo Civil e sua Repercussão no Instituto Jurídico da Prova	804
6. Regras da Experiência do Juiz como Meio de Prova	822
7. Considerações Finais	837
8. Referências Bibliográficas	838

XI – EXECUÇÃO E CAUTELARIDADE NO CPC E O DIREITO ATUAL (Natália Chernicharo Guimarães / Paula Fonseca Martins da Costa / Leonardo Cardoso de Magalhães)

847

1. <i>Parata Executio</i> e Ação Executiva	848
1.1. A Concepção Adotada na Exposição de Motivos do CPC de 1973	848
1.1.1. Execução Aparelhada	850
1.1.2. Ação de Execução e Ação Executiva em Liebman	853
1.2. A Promulgação da Constituição de 1988 e a Consequente Necessidade de Revisitação dos Conteúdos Jurídicos	858
1.2.1. Execução Aparelhada e Cumprimento de sentença ...	860
1.2.2. O Novo Procedimento Executivo	864
1.2.3. Penhora: Delegação de Função?	868
2. Devedor Civil e Comerciante	872
3. Cautelares Específicas e Antecipação de Tutela	876
3.1. Razões de Reforma: A Exposição de Motivos do Código de Processo Civil de 1973	876
3.2. Do Procedimento Cautelar: Conceito, Características e Peculiaridades	880
3.3. “Poder” Geral de Cautela: Do Provimento Cautelar Inominado ao Provimento de Ofício	883
3.4. A Liminar em Procedimento Cautelar e a Audiência de Justificação Prévia	888
3.5. Procedimentos Cautelares Específicos: Crítica Pontual	891
3.5.1. Do arresto	891
3.5.2. Do sequestro	893
3.5.3. Da exibição	894
3.5.4. Dos alimentos provisionais	896

3.5.5. Do arrolamento de bens	897
3.5.6. Da justificação	897
3.5.7. Da homologação do penhor legal	897
3.5.8. Do atentado	898
3.5.9. Do protesto e da Apreensão de títulos	899
3.5.10. De outras “medidas” provisionais	900
4. Tutela Antecipada: Ressemantização no Contexto do Estado Democrático de Direito	901
4.1. O Culto às Tutelas de Urgência (O Mito da Efetividade pela Celeridade)	901
4.2. Tutela Antecipada sob a Perspectiva da Processualidade Democrática	909
4.3. A Interditalidade Presente no Art. 273 Do CPC: A Fungibilidade como Expressão da Instrumentalidade	917
5. Referências Bibliográficas	920

COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO V DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	927
--	------------

XII – O SISTEMA DE RECURSOS NO CPC E O DIREITO ATUAL (<i>Charley Teixeira Chaves / Cristiano de Oliveira Ferreira / Pablo de Almeida Padrão</i>)	933
---	------------

1. Ciência Jurídica e Pureza da Linguagem	933
1.1. Ausência de Unidade Recursal	935
2. Preocupação Científica e Sistemática	938
2.1. Princípio da Unirrecorribilidade	938
2.2. Princípio da Fungibilidade	940
2.3. Instituto do Recurso	943
2.4. Distinção entre Recurso Ordinário e Extraordinário	944
2.5. Improriedade Terminológica	944
3. Harmonização Recursal do Processo Oral e Concentrado	945
4. Critério Lógico e Critério Prático	956
5. Recurso como Intervenção <i>Ad-Coadjuvandum</i> e <i>Ad-Infringendum</i> ...	958
6. Referências Bibliográficas	968

COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO VI E VII DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 973

XIII – PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E O DIREITO ATUAL (Adriane Luisa Vieira Trindade / Andréa Alves de Almeida / Juliana Matos Ferreira) 975

1. Tempo, Oralidade e Legitimidade da Decisão no Procedimento Sumarizado	975
1.1. Procedimento Sumaríssimo	975
1.2. O Tempo	976
1.2.1. O Tempo no Procedimento Sumaríssimo	977
1.3. O Mito do Verbo	980
1.4. Oralidade e Legitimidade da Decisão	981
2. Sumarização do Procedimento Ordinário na Constituição Vigente em 1973 e na Constituição de 1988	984
2.1. Constituição Vigente em 1973 e Procedimento sumaríssimo ...	984
2.2. Sumarização na Constituição Democrática de 88.....	986
2.3. Sumarização do Procedimento Sumário no Direito Atual ...	988
2.4. Sumarização Procedimental Aliada à Sumarização da Cognição ..	989
3. Interesse das Partes e Dignidade da Justiça no Procedimento Sumaríssimo	994
4. Referências Bibliográficas	1002

XIV – PROPOSIÇÕES PARA DISCUSSÃO NA ELABORAÇÃO DE UM POSSÍVEL NOVO CÓDIGO DE PROCESSO NO BRASIL NO ENFOQUE CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO..... 1007

1ª PROPOSIÇÃO (Roberto Apolinário de Castro Júnior)	
Ementa: Interditalidade da condenação à litigância de má-fé sem respeito ao devido processo legal	1008

2ª PROPOSIÇÃO (Roberto Apolinário de Castro Júnior)	
Ementa: Efetivação da isonomia como técnica de operacionalização da razoável duração dos procedimentos e da efetividade processual	1010

3ª PROPOSIÇÃO (Roberto Apolinário de Castro Júnior)

Ementa: Obrigatoriedade do contraditório após a impugnação do devedor 1012

4ª PROPOSIÇÃO (Roberto Apolinário de Castro Júnior)

Ementa: Inadequação da “súmula impeditiva de recursos” 1013

5ª PROPOSIÇÃO (André Araújo do Pinho)

Ementa: Proscrição da discricionariedade das decisões judiciais 1015

6ª PROPOSIÇÃO (Leonardo Campos Victor Dutra)

Ementa: Abertura da decisão judicial transitada em julgado à testificação irrestrita por meio do devido processo legal e distinção entre coisa julgada e preclusão máxima 1020

7ª PROPOSIÇÃO (Paula Fonseca Martins da costa)

Ementa: Matéria preliminar como antecedente lógico para concessão de antecipação de tutela 1025

8ª PROPOSIÇÃO (Leonardo Cardoso de Magalhães)

Ementa: Condições da ação e pressupostos processuais. Releitura a partir da teoria neoinstitucionalista de processo 1031

9ª PROPOSIÇÃO (Carlos Henrique de Moraes Bomfim Junior)

Ementa: Execução e participação do executado 1034

10ª PROPOSIÇÃO (Carolina Fagundes Cândido)

Ementa: Alteração em relação ao art. 20, §4º do CPC 1038

11ª PROPOSIÇÃO (Renata Cristina Vilela Nunes)

Ementa: Execução imprópria 1043

12ª PROPOSIÇÃO (Fabrício Veiga Costa)

Ementa: A prova tem a finalidade de esclarecer objetivamente a pretensão e viabilizar a construção legitimamente democrática do provimento jurisdicional mediante a implementação dos princípios da

fundamentação das decisões judiciais, contraditório, ampla defesa, devido processo legal e isonomia processual 1045

13ª PROPOSIÇÃO (Adriane Luisa Vieira Trindade)

Ementa: Vedação de decisão com base em motivos e fundamentos não discutidos nos autos 1057

14ª PROPOSIÇÃO (Ana Paula Pereira Silva)

Ementa: A ideologia por trás do aumento de “decisões coletivamente aplicáveis” (Lei 11.672/08 – recursos especiais “repetitivos”) em busca do “acesso à justiça” e da diminuição de litigiosidade 1058

15ª PROPOSIÇÃO (Carlos Henrique de Moraes Bomfim Júnior)

Ementa: Honorários de sucumbência 1061

16ª PROPOSIÇÃO (Ana Flávia Sales)

Ementa: Ressemantização de algumas questões atinentes ao instituto dos pressupostos processuais e das condições da ação 1065

17ª PROPOSIÇÃO (Cintia Batista Pereira)

Ementa: Supressão de direitos e garantias fundamentais no processo sob o falso argumento da busca pela celeridade 1075

18ª PROPOSIÇÃO (Aline de Souza Lima Dias Paes Nahass)

Ementa: Da vedação ao pronunciamento judicial em flagrante ofensa ao princípio do contraditório (óbice à denominada *decisão-surpresa*) 1081

19ª PROPOSIÇÃO (Talita Viza Dias)

Ementa: Da liminar *inaudita altera parte*. Responsabilização objetiva no caso de sentença no processo principal desfavorável ao autor da Ação Cautelar 1101

20ª PROPOSIÇÃO (Christiano Rodrigo Gomes de Freitas)

Ementa: ações repetitivas e a violação do contraditório 1107

21ª PROPOSIÇÃO (Ana Paula Pereira da Silva)

Ementa: Ganho sistêmico pela implementação do Devido Processo

em face da Lei 11.672/08 (técnica impeditiva de recursos especiais “repetitivos” – art. 543-C do CPC) 1114

22ª PROPOSIÇÃO (Charley Teixeira Chaves)

Ementa: Eliminar a distinção de prazos para os sujeitos processuais. Findar com os prazos denominados de “impróprios” e criar mecanismo para observância dos prazos procedimentais 1117

23ª PROPOSIÇÃO (Vinícius Diniz Monteiro de Barros)

Ementa: A insubsistência dos Embargos de Declaração no Estado Democrático de Direito 1124

24ª PROPOSIÇÃO (Joseli Lima Magalhães)

Ementa: Excluir a possibilidade jurídica do pedido como uma das condições da ação. Passa a ser matéria processual de mérito 1127

25 PROPOSIÇÃO (Andréa Alves de Almeida)

Ementa: Antecipação de tutela para assegurar direitos fundamentais constitucionalmente devidos, levando a débito do Estado a responsabilidade de acatamento 1131